

Leonardo Boff*

Os povos originários: nossos mestre e doutores

Hoje nos sentimos todos mais ou menos perdidos. A situação de nossa civilização, assim nos parece, chegou ao seu limite. Perdida nas contradições que ela mesma criou, dá-se conta de que o corpo de conhecimentos e o arsenal de técnicas que ela mesma criou, não oferecem soluções que poderiam nos tirar dos graves problemas que enfrentamos. Temos que mudar ou nas palavras de Sygmunt Bauman, “vamos engrossar o cortejo daqueles que estão caminhando para a vala comum”.

A civilização atual não nos apresenta um futuro que seja esperançador. Como advertiu um dos últimos grandes naturalistas franceses Théodore Monod em seu livro-testamento: “Se a humanidade vier a desaparecer” (Paris 2000): “Seria o justo castigo pelas agressões que por séculos temos infligido à Terra”.

Mesmo assim continuamos esperando o imponderável e o imprevisível, pois a evolução não é linear, mas dá saltos na direção de ordens mais complexas e estruturadas ou também numa direção destrutiva. A nossa esperança é que o salto seja construtivo.

Em momentos de impasses como estes, buscamos fontes que nos inspirem e que apontem para uma alternativa possível. Assim surgem em nossa consideração os povos originários. Não são “índios”, pois estes não existem. O que existem são povos com suas culturas, tradições e religiões. Quando Cabral aportou em nossas terras, havia cerca de 5 milhões de habitantes, agrupados em 1.400 povos, falando 1.300 línguas, a maior proliferação conhecida na história. Infelizmente devido à dizimação, ocorrida ao longo de mais de 500 anos, restaram apenas 180 línguas, uma perda da ordem 85%, um dano irreparável para toda a humanidade.

Os que sobreviveram, segundo a ONU, são vários milhões em quase todas as partes do mundo. Conservam um tesouro de experiências, de sabedoria ancestral e modos de se relacionar com a comunidade de vida (natureza) que podemos afirmar aquilo que os Padres da Igreja antiga diziam dos pobres: eles são nossos mestres e doutores. Efetivamente, eles são isso e sua ancestralidade pode ser o nosso futuro (Ailton Krenak).

Eles ensinaram aos europeus como viver nos trópicos, a começar por tomar banho, ao menos uma vez ao dia. O nosso idioma português foi enriquecido com

centenas de palavras, especialmente ligadas à geografia como o Viaduto do Anhangabaú, Itu, Itaquatiara, Iguazu, Itaorna, Piracicaba, Jundiá, Itaipava, onde moro. Ou em tantos vocábulos, como aipim, cipó, cuia, jaboticaba, girau, jururu, paçoca, mingau, farofa, beiju, tapioca, pirão, guaraná, tocaia entre muitas outras.

Mais que tudo nos ensinaram uma integração sinfônica com a natureza. Eles se sentem parte da natureza e não um estranho dentro dela. Por isso, em seus mitos, seres humanos e outros seres vivos, como animais, coexistem e casam entre si. Intuíram o que sabemos pela ciência empírica que todos formamos uma cadeia única e sagrada de vida. Eles são exímios ecologistas.

A Amazônia, por exemplo, não é terra intocável. Em milhares de anos, as dezenas de nações originárias que ali viveram e ainda vivem, interagiram sabiamente com ela. Quase 12% de toda floresta amazônica de terra firme foi manejada por eles, promovendo “ilhas de recursos”. Os Yanomami sabem aproveitar 78% das espécies de árvores de seus territórios, tendo-se em conta a imensa biodiversidade da região, na ordem 1200 espécies por área do tamanho de um campo de futebol.

Lição para nós: não podemos manter uma relação meramente utilitarista para com a natureza, sentindo-nos fora e donos dela. Mas de convivência sentindo-nos parte dela, cuidando-a e preservando sua integridade e regeneração. Se não aprendermos deles essa lição dificilmente salvaremos nossos biomas, base de nossa subsistência.

Os povos originários revelam uma atitude de respeito e veneração por tudo o que existe e vive e vem carregado de mensagens que eles sabem decifrar. A árvore não é apenas uma árvore. Ela tem braços que são seus ramos, tem mil línguas que são suas folhas, une a Terra com o Céu pelas raízes e pela copa. Quando dançam e tomam as bebidas rituais fazem uma experiência de encontro com o mundo do Espírito, dos anciãos e dos sábios que estão vivos e no outro lado da vida. Para eles, o invisível é parte do visível. Essa lição importa aprender deles, pois vivemos uma radical coisificação da natureza que nos torna surdos e cegos para mensagens que ela nos transmite. Para nossa cultura as coisas são apenas coisas e não símbolos de uma Energia de Fundo, poderosa

e amorosa que tudo penetra e sustenta. Nós, filhos da racionalidade, somos damos pouco valor a outros saberes que vêm do coração e de nosso Profundo. A sabedoria deles se teceu através da sintonia fina com o universo e na escuta atenta do pulsar da Terra. Sabem melhor do que nós, casar céu e terra, integrar vida e morte, compatibilizar trabalho e diversão, confraternizar o ser humano com a natureza. Nesse sentido eles são altamente civilizados embora sejam tecnologicamente primitivos.

Essa sabedoria precisa ser resgatada por nossa civilização dominante, fundada na vontade de potência e de dominação. Sem essa comunhão sapiencial com a linguagem da Terra, ficaremos reféns de nossa vontade de tudo dominar e de crescer infinitamente, num planeta notoriamente finito. Ao perseverar nesse intento poderemos cavar o abismo no qual todos nos precipitaremos.

Um de nossos maiores desejos é a vida em liberdade. Pois essa liberdade é vivida em plenitude pelos povos originários. Baste-nos o depoimento de dois grandes conhecedores deles, os irmãos Orlando e Cláudio Villas Boas: “O índio é totalmente livre, sem precisar de dar satisfação de seus atos a quem quer que seja. Se uma pessoa der um grito no centro de São Paulo, uma rádio-patrolha poderá levá-lo preso. Se um índio der um tremendo berro no meio da aldeia, ninguém olhará para ele, nem irá perguntar por que ele gritou. O índio é um homem livre” (Xingu, os indígenas e seus mitos, 1970, 48).

Os cacique nunca têm poder de mando sobre os demais. Sua função é de animação, de articulação das coisas comuns e das relações para com outros povos originários de fora, tidos como parentes, respeitando sempre a liberdade individual.

Como se depreende, podemos reafirmar: os povos originários devem ser revisitados. Poderão ser nossos mestres e doutores que nos darão sábias lições que poderão sugerir um outro rumo para a nossa civilização agônica.

***Leonardo Boff escreve para a revista do ICL, LIBERTA (<https://www.revistaliberta.com.br>) e publicou: O casamento entre o Céu e a Terra: contos dos povos originários do Brasil, Planeta 2025.**

Victor Corrêa*

O direito de sofrer também é desigual

“Dinheiro não traz felicidade”, diz o senso comum. Nas redes, a réplica costuma ser automática: “Então me dê o seu e seja feliz”.

A frase parece encerrar o debate. Mas quando o assunto é sofrimento psíquico, a desigualdade não desaparece — ela determina quem pode parar e quem precisa continuar.

“Não são as mesmas 24 horas para todos.” A expressão ecoa quando se compara a vida de quem depende de transporte público à de quem trabalha perto de casa, ou quando se discute a viabilidade da escala 6 por 1. O tempo, afinal, não pesa da mesma maneira para todos.

Para muitos, o dia começa antes do sol nascer. Ônibus lotado, trânsito que não anda, horas de deslocamento. Quando se chega ao trabalho, parte da energia já ficou pelo caminho. Ao final do expediente, o trajeto se repete.

Se o tempo é desigual, o desgaste também é. Problemas financeiros ocupam espaço constante na mente. Para motoristas de aplicativo e entregadores de plataformas digitais, a conta não fecha quando o turno termina. Ela continua rodando internamente: “Mais 10 corridas e pago o aluguel.” Assim, quase sem perceber, trabalha-se 12, 14, 16 horas por dia. O corpo resiste. A mente acumula.

O Brasil tem hoje dezenas de milhões de trabalhadores por conta própria ou na informalidade. Muitos afirmam preferir a autonomia, a flexibilidade de horários, a possibilidade de organizar o próprio tempo. A escolha é legítima.

O problema surge quando essa autonomia convive com ausência de proteção. Sem férias remuneradas, licença médica, seguro-desemprego ou garantia mínima de renda, qualquer oscilação econômica deixa de ser apenas financeira — torna-se emocional. A liberdade, quando desacompanhada de rede de amparo, pode se transformar em insegurança permanente.

Não é apenas uma percepção. Um relatório recente da ONU sobre pobreza e saúde mental aponta que pessoas em situação de vulnerabilidade econômica têm até três vezes mais chances de desenvolver transtornos mentais. Entre adultos desempregados, a prevalência de condições psíquicas comuns chega a 40% — mais que o dobro da observada entre os empregados.

Em um país como o Brasil, onde a distância entre ricos e pobres permanece ampla e a mobilidade social ainda é limitada, períodos de inflação alta, desemprego e renda instável não afetam apenas o orçamento doméstico. Produzem insegurança contínua. E insegurança prolongada afeta diretamente o equilíbrio emocional.

O modo como a sociedade interpreta o sofrimento muda conforme a renda.

Quando alguém com estabilidade financeira relata exaustão, fala-se em pressão ou excesso de responsabilidade. Quando o trabalhador precarizado demonstra irritação constante, insônia ou esgotamento, muitas vezes ouve que precisa “aguentar firme”. Ou que deveria rezar mais. Ou que falta força de vontade.

Sufrimento não é privilégio de classe. O que muda é quem pode parar para cuidar de si — e quem não pode.

Não há competição de dor. O que existe é desigualdade nas condições de enfrentá-la.

***Jornalista, mestre e doutorando pela Fundação Getúlio Vargas**